

estudos e
pesquisas

estudos e pesquisas

Nº 110 – dezembro de 2024

Balanço das greves do primeiro semestre de 2024

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço das Greves do primeiro semestre de 2024

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – apresenta, neste estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2024 com a identificação de suas principais características.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2024, o SAG-DIEESE registrou 451 greves que contabilizaram quase 18 mil horas paradas. Os trabalhadores do funcionalismo público promoveram mais da metade (55%) dessas mobilizações – o que correspondeu a 79% das horas paradas.

TABELA 1
Greves e horas paradas - Brasil, primeiro semestre de 2024

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	265	58,8	14.373	81,2
<i>Funcionalismo Público</i>	247	54,8	13.981	79,0
<i>Empresas Estatais</i>	18	4,0	392	2,2
Esfera Privada	186	41,2	3.335	18,8
Total	451	100	17.708	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como plano o anúncio antecipado de seu tempo de duração. Costumam alongar-se em intervalos que vão de algumas horas (atrasos no início da jornada) a alguns dias. Essa tática esteve presente na maioria (54%) das greves no primeiro semestre de 2024.

TABELA 2
Tática das greves - Brasil, primeiro semestre de 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	242	53,7
Tempo indeterminado	195	43,2
Sem informação	14	3,1
Total	451	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

Movimentos que abrangeram categorias profissionais inteiras (46%) foram menos frequentes que aqueles deflagrados isoladamente (54%) por empresas (privadas ou estatais) ou unidades (do funcionalismo público).

TABELA 3
Abrangência das greves - Brasil, primeiro semestre de 2024

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	208	46,1
Empresa/unidade ⁽¹⁾	243	53,9
Total	451	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que ocorrem no serviço público e que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta.

Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter *propositivo*.

As greves denominadas *defensivas* caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, saúde e segurança e/ou por se posicionarem contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação.

Por fim, aquelas que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves em *protesto*, já ações em apoio a greves de trabalhadores de outras categorias, como greves *em solidariedade*.

Itens de caráter defensivo estiveram presentes na pauta de reivindicações de 80% das greves – sendo que a maior parte (56%) referia-se à luta pela manutenção das condições

vigentes de trabalho.

A complexidade da pauta grevista revela-se na grande frequência com que itens de caráter propositivo (51%) também motivaram essas mobilizações.

TABELA 4
Caráter das greves - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (558)	
	nº	%
Propositivas	232	51,4
Defensivas	362	80,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	251	55,7
<i>Descumprimento de direitos</i>	193	42,8
Protesto	120	26,6
Solidariedade	1	0,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Questões como o reajuste dos salários (43%) e a melhoria das condições de trabalho (33%) foram as mais frequentemente reivindicadas, seguidas por itens relacionados ao investimento e melhor administração dos serviços públicos (24%).

TABELA 5
Principais reivindicações das greves - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (451)	
	nº	%
Reajuste salarial	194	43,0
Condições de trabalho	148	32,8
Melhoria nos serviços públicos	110	24,4
PCS - Plano de Cargos e Salários	98	21,7
Alimentação	94	20,8
Contratação	82	18,2
Contra o governo	81	18,0
Pagamento de salários em atraso	78	17,3
Local de trabalho	71	15,7
Piso salarial	69	15,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Em 129 registros de greves (29% do total) há informações sobre os meios adotados

para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (78%) foram abertas negociações – diretamente ou com mediação. Em 42% desses registros houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário.

TABELA 6
Formas de resolução dos conflitos - Brasil, primeiro semestre de 2024

Formas de resolução	Greves (129)	
	nº	%
Negociação	101	78,3
Intervenção/participação da Justiça ¹	54	41,9
<i>Decisão judicial</i>	46	35,7
<i>Acordo judicial</i>	11	8,5
<i>Sem informação</i>	5	3,9

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 129 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

Resultados das greves

Em 131 registros de greves (29% do total) há informações a respeito do modo como foram encerradas. Em pouco mais de dois terços dos casos (67%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

TABELA 7
Resultados das greves - Brasil, primeiro semestre de 2024

Resultado	Greves (131)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	88	67,2
<i>Integral</i>	25	19,1
<i>Parcial</i>	63	48,1
Rejeição das reivindicações	15	11,5
Prosseguimento das negociações	43	32,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 131 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2024, o SAG-DIEESE registrou 247 greves ocorridas nos três níveis da administração pública, que, juntas, contabilizaram quase 14 mil horas paradas.

Os funcionários públicos municipais deflagraram mais da metade dessas paralisações (55%) – que, em horas paradas, no entanto, equivale a uma proporção bem menor (36%). Entre os funcionários públicos federais, por outro lado, 9% de greves deflagradas equivaleram a 32% das horas paradas.

TABELA 8
Greves e horas paradas no funcionalismo público,
por nível administrativo - Brasil, primeiro semestre de 2024

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	23	9,3	4.540	32,5
Estadual	85	34,4	4.388	31,4
Municipal	136	55,1	5.029	36,0
Multinível	3	1,2	24	0,2
Total	247	100	13.981	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Greves de advertência

A maioria das mobilizações ocorridas no funcionalismo público foi composta por paralisações de advertência (71%).

TABELA 9
Tática das greves do funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	175	70,9
Tempo indeterminado	66	26,7
Sem informação	6	2,4
Total	247	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

Movimentos organizados no âmbito de categoria foram preponderantes (77%).

TABELA 10
Abrangência das greves do funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2024

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	189	76,5
Empresa/unidade ¹	58	23,5
Total	247	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Caráter das greves

A maioria das greves registradas no funcionalismo público combinou reivindicações de caráter defensivo – presentes em 76% das pautas – e de caráter propositivo – em 72%.

Na pauta defensiva, os itens que se contrapõem à deterioração de condições vigentes tiveram participação maior (60%) que aqueles classificados como denúncia de descumprimento de direitos (36%).

TABELA 11
Caráter das greves no funcionalismo público - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (247)	
	nº	%
Propositivas	179	72,5
Defensivas	188	76,1
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	148	59,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	89	36,0
Protesto	110	44,5
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários (61%) e à melhoria das condições de trabalho (45%) foram as mais frequentes. Em seguida, vêm as demandas referentes ao investimento e melhor administração dos serviços públicos (42%) e aos Planos de Cargos e Salários (38%).

TABELA 12

Principais reivindicações das greves no funcionalismo público - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (247)	
	nº	%
Reajuste salarial	151	61,1
Condições de trabalho	110	44,5
Melhoria nos serviços públicos	104	42,1
PCS - Plano de Cargos e Salários	93	37,7
Contra o governo	80	32,4
Piso salarial	64	25,9
Contratação	64	25,9
Local de trabalho	48	19,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Análises setoriais das greves no funcionalismo público

Funcionalismo público federal

No primeiro semestre de 2024, das 23 greves cadastradas no funcionalismo público federal, 20 foram deflagradas no Poder Executivo.

A Educação registrou cinco greves. Profissionais docentes das Universidades Federais, os profissionais técnico-administrativos dessas mesmas universidades – além de todos os funcionários, docentes e não docentes, dos Institutos Federais – cada uma dessas categorias deflagrou uma greve nacional por tempo indeterminado. Antes, em duas outras ocasiões, os técnicos administrativos das federais já haviam paralisado suas atividades em mobilizações de advertência.

Também foram cadastradas três mobilizações no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); duas no Banco Central (BC); e outras duas envolvendo conjuntamente servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria Geral da União (CGU).

Outras mobilizações (seis, ao total) ocorreram no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Ministério da Cultura (MinC) e, de forma conjunta, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Servidores dos Hospitais Federais deflagraram uma greve no Rio de Janeiro e, em fevereiro, a totalidade dos servidores federais realizou uma paralisação.

Funcionários do Judiciário Federal, por fim, organizaram três paralisações de advertência: duas em São Paulo e uma em todo o país.

Grande parte dessas greves (87%) incluiu itens de caráter propositivo em suas pautas.

TABELA 13
Caráter das greves do funcionalismo público federal - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (23)	
	nº	%
Propositivas	20	87,0
Defensivas	12	52,2
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	12	52,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	1	4,3
Protesto	8	34,8
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações relacionadas ao Plano de Cargos e Salários – criação, cumprimento ou aperfeiçoamento – estiveram presentes na grande maioria (83%) das mobilizações dos servidores federais; demandas por reajuste salarial, em 70%; e realização de investimentos e melhor administração nos serviços públicos, em 39%.

TABELA 14
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (23)	
	nº	%
PCS – Plano de Cargos e Salários	19	82,6
Reajuste salarial	16	69,6
Melhoria nos serviços públicos	9	39,1
Condições de trabalho	7	30,4
Contratação	6	26,1
Definição / enquadramento de função	4	17,4
Adicional de produtividade	4	17,4

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público estadual

Das 85 greves observadas no funcionalismo público estadual, apenas uma não foi deflagrada no Poder Executivo.

Na Educação, 43 foram conduzidas por professores e profissionais técnico-administrativos, do ensino básico ao superior. Na Saúde, oito envolveram principalmente

profissionais da enfermagem, mas também médicos. Na Segurança, oito foram deflagradas por policiais civis. Além disso, 25 mobilizações foram organizadas por profissionais de outras secretarias, fundações e institutos – incluem-se aqui, entre outras, nove greves nos departamentos estaduais de trânsito (Detran) – além de mobilizações conduzidas conjuntamente por todos os servidores: paralisações gerais foram chamadas na Bahia, no Rio de Janeiro e no Pará.

No Paraná, funcionários do Tribunal de Justiça paralisaram suas atividades uma vez, em junho.

A maioria das greves do funcionalismo público estadual trouxe em suas pautas, de forma combinada, reivindicações de caráter propositivo (78%) e reivindicações de caráter defensivo (76%).

Nas pautas defensivas, predominaram as mobilizações pela manutenção das condições de trabalho vigentes (73%).

TABELA 15
Caráter das greves no funcionalismo público estadual - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (85)	
	nº	%
Propositivas	66	77,6
Defensivas	65	76,5
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	62	72,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	21	24,7
Protesto	49	57,6
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

O reajuste dos salários esteve presente em pouco mais de dois terços (67%) das greves dos funcionários públicos estaduais. Itens relacionados à qualidade da prestação do serviço público (55%) e às condições de trabalho (54%) ocuparam mais da metade das pautas.

TABELA 16

Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (85)	
	nº	%
Reajuste salarial	57	67,1
Melhorias no serviço público	47	55,3
Condições de trabalho	46	54,1
Contra o governo	39	45,9
PCS - Plano de Cargos e Salários	32	37,6
Contratação	28	32,9
Local de trabalho	24	28,2
Piso salarial	20	23,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público municipal

Das 136 greves registradas entre os funcionários públicos municipais, 71 foram deflagradas por professores e técnicos administrativos da educação infantil e do ensino fundamental; 28 na Saúde, principalmente por profissionais de enfermagem; e uma por guardas civis.

Profissionais de outras secretarias e, em especial, pelo conjunto dos servidores do Executivo municipal promoveram 36 mobilizações.

Destaca-se na pauta do funcionalismo público municipal o caráter defensivo das greves (79%), com predomínio de mobilizações pela manutenção das condições de trabalho vigentes (53%). Ainda assim, a denúncia contra o descumprimento de direitos tem também importante participação (48%).

TABELA 17

Caráter das greves no funcionalismo público municipal - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (136)	
	nº	%
Propositivas	92	67,6
Defensivas	108	79,4
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	72	52,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	65	47,8
Protesto	50	36,8
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais da metade das greves apresenta reivindicações pelo reajuste dos salários (57%), seguidas por questões relacionadas às condições de trabalho (40%) e por aquelas relacionadas à qualidade da prestação dos serviços públicos (33%).

TABELA 18

Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (136)	
	nº	%
Reajuste salarial	78	57,4
Condições de trabalho	55	40,4
Melhorias no serviço público	45	33,1
Piso salarial	42	30,9
PCS - Plano de Cargos e Salários	41	30,1
Contra o governo	35	25,7
Contratação	30	22,1
Local de trabalho	22	16,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2024, o SAG-DIEESE cadastrou 18 greves nas empresas estatais, que paralisaram por quase 400 horas as atividades. Os trabalhadores do setor de serviços deflagraram a maioria dessas mobilizações (78%) – o que, em horas paradas, equivale a um percentual pouco menor (59%).

TABELA 19

Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor Brasil, primeiro semestre de 2024

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	4	22,2	160	40,8
Serviços	14	77,8	232	59,2
Total	18	100	392	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Caráter das greves

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 78% das pautas de reivindicação, relacionados especialmente à manutenção de condições vigentes (72%).

TABELA 20
Caráter das greves nas empresas estatais - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (18)	
	nº	%
Propositivas	6	33,3
Defensivas	14	77,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	13	72,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	2	11,1
Protesto	3	16,7
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Os trabalhadores das estatais mencionam preocupação com a situação do local de trabalho (44%) e com as condições em que o trabalho é realizado (33%). Também reivindicam o reajuste dos salários – item presente em 28% de suas mobilizações.

TABELA 21
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (18)	
	nº	%
Local de trabalho	8	44,4
Condições de trabalho	6	33,3
Reajuste salarial	5	27,8
Condições de segurança	4	22,2
Contratação	4	22,2
Alimentação	3	16,7
Transporte	3	16,7

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2024, foram registradas 186 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada, que contabilizaram mais de três mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 63% dessas mobilizações – o que, em horas paradas, equivale a um percentual menor (47%).

TABELA 22
Greves e horas paradas na esfera privada - Brasil, primeiro semestre de 2024

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	1	0,5	32	1,0
Indústria	66	35,5	1.713	51,4
Serviços	118	63,4	1.566	47,0
Rural	0	0,0	0	0,0
Multissetorial	1	0,5	24	0,7
Total	186	100	3.335	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Greves de advertência

Paralisações de advertência constituíram 31% dos movimentos realizados na esfera privada e greves por tempo indeterminado corresponderam a aproximadamente 66% do total.

TABELA 23
Tática das greves na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2024

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	58	31,2
Tempo indeterminado	122	65,6
Sem informação	6	3,2
Total	186	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Abrangência

A grande maioria dessas greves (90%) foi organizada no âmbito de empresas.

TABELA 24
Abrangência das greves na esfera privada Brasil, primeiro semestre de 2024

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	19	10,2
Empresa/unidade	167	89,8
Total	186	100

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Caráter das greves

Na pauta reivindicatória de 86% das greves do setor privado estiveram presentes itens de caráter defensivo, com predominância de pleitos relativos ao descumprimento de direitos (55%).

TABELA 25
Caráter das greves na esfera privada - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (186)	
	nº	%
Propositivas	47	25,3
Defensivas	160	86,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	90	48,4
<i>Descumprimento de direitos</i>	102	54,8
Protesto	7	3,8
Solidariedade	1	0,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de regularização de salários em atraso (37%) e as questões relativas à alimentação (36%) estiveram na pauta de mais de um terço dessas mobilizações. O reajuste salarial ocupou o terceiro lugar de importância (20%) entre as principais reivindicações.

TABELA 26
Principais reivindicações das greves na esfera privada - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (186)	
	nº	%
Pagamento de salários em atraso	68	36,6
Alimentação	67	36,0
Reajuste salarial	38	20,4
Condições de trabalho	32	17,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas reivindicações

Análises setoriais das greves na esfera privada

Indústria privada

Das 66 greves apuradas na indústria privada, 30 (45%) ocorreram na Região Sudeste. No Sul – como no Nordeste – foram deflagradas 15 paralisações (23%); no Centro-Oeste, quatro (6%) e na região Norte, uma (2%). Houve também uma greve de alcance nacional.

A maioria dos movimentos (26, ou 39%) foi realizado por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram 22 greves (33%).

Itens defensivos estiveram presentes na pauta de grande parte das mobilizações (85%) e relacionam-se principalmente à exigência da manutenção de condições vigentes (56%).

TABELA 27
Caráter das greves na indústria privada Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (66)	
	nº	%
Propositivas	26	39,4
Defensivas	56	84,8
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	37	56,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	28	42,4
Protesto	0	0,0
Solidariedade	1	1,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Demandas relativas à alimentação constituíram a principal reivindicação das greves da indústria privada (44%). Itens relacionados a reajuste salarial (24%) e a pagamento da PLR (23%) vêm a seguir, presentes em quase um quarto das mobilizações.

TABELA 28

Principais reivindicações das greves na indústria privada - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (66)	
	nº	%
Alimentação	29	43,9
Reajuste salarial	16	24,2
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	15	22,7
Assistência médica	13	19,7
Pagamento de salários em atraso	12	18,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter di- versas e distintas motivações

Serviços privados

Do total de 118 greves contabilizadas nos serviços privados, 47 (40%) ocorreram na Região Nordeste. No Sudeste, foram realizadas 34 paralisações (29%). No Sul, 20 (17%); no Centro-Oeste, 12 (10%); e no Norte, três (3%). Houve também duas greves (2%) de alcance nacional.

Trabalhadores dos transportes deflagraram 46 paralisações (39%) e os do turismo e hospitalidade – categoria que envolve, em grande parte, empregados em atividades de asseio e conservação, recepção e serviços gerais – realizaram 31 paralisações (26%). Na saúde ocorreram 16 greves (14%).

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 87% das mobilizações, com preponderância das reivindicações contra o descumprimento de direitos (62%).

TABELA 29

Caráter das greves nos serviços privados - Brasil, primeiro semestre de 2024

Caráter	Greves (118)	
	nº	%
Propositivas	20	16,9
Defensivas	103	87,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	52	44,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	73	61,9
Protesto	7	5,9
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase metade dessas mobilizações (47%) trouxe em sua pauta a exigência da regularização de salários em atraso. Itens relacionados à alimentação ocuparam o segundo lugar de importância, presentes em quase um terço das pautas (31%); seguidos pela demanda

por melhores condições de trabalho (19%) e por reajuste salarial (18%).

TABELA 30
Principais reivindicações das greves nos serviços privados - Brasil, primeiro semestre de 2024

Reivindicação	Greves (118)	
	nº	%
Pagamento de salários em atraso	55	46,6
Alimentação	36	30,5
Condições de trabalho	23	19,5
Reajuste salarial	21	17,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

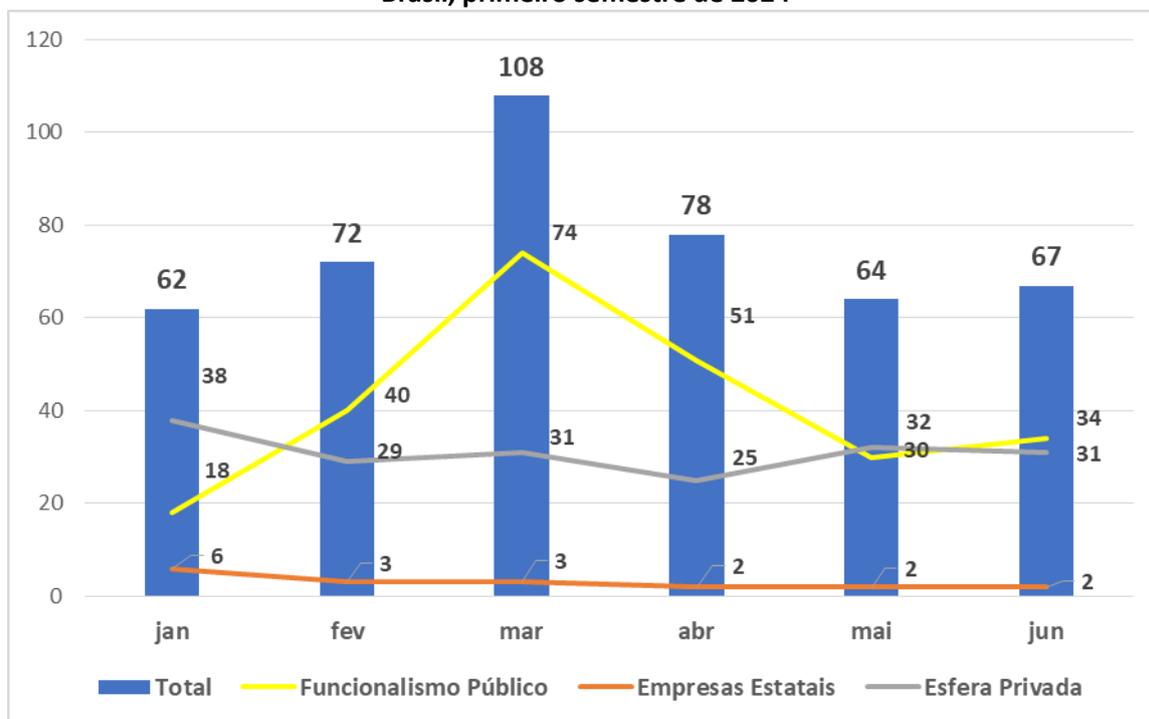
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Considerações finais

Evolução mensal das greves

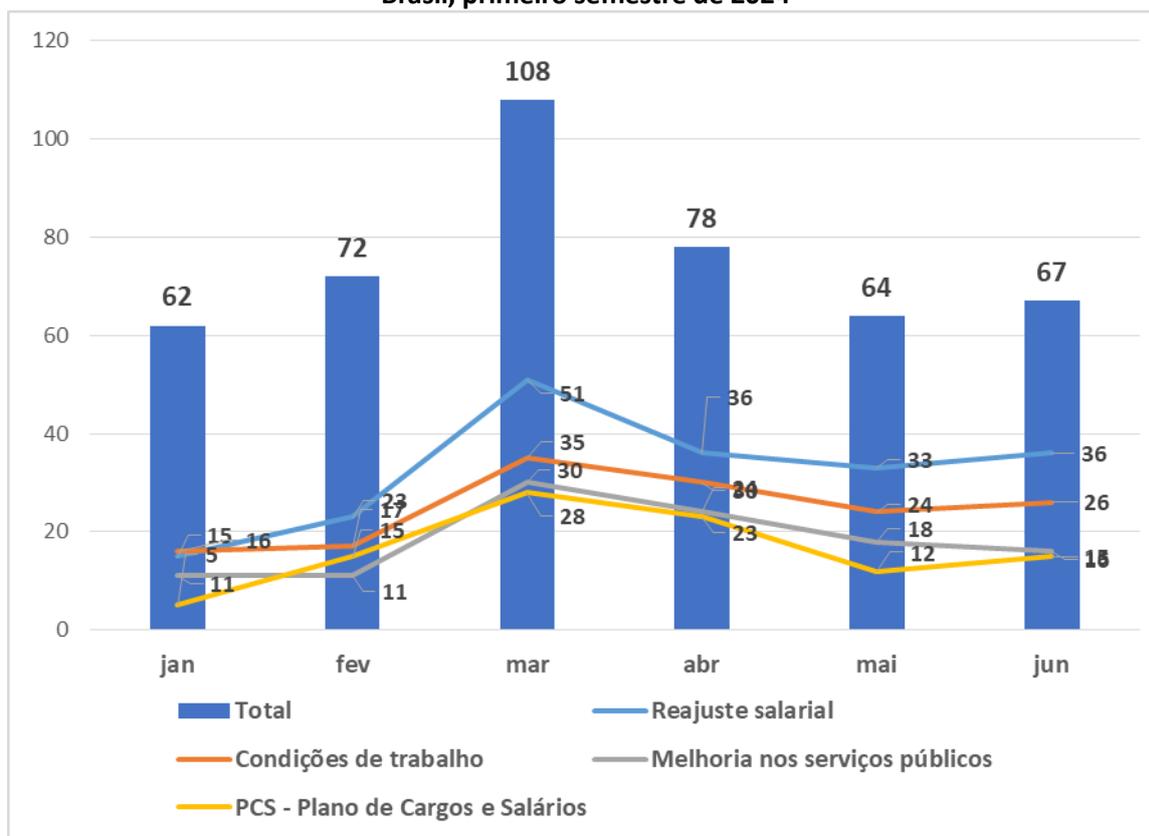
A relação entre as informações a respeito das categorias de trabalhadores em greve (Gráfico 1) e as questões que as mobilizam (Gráfico 2) revela que, grosso modo, o primeiro semestre de 2024 foi um período de greves de *trabalhadores do funcionalismo público pelo pagamento de reajustes salariais*.

Gráfico 1
Número de greves por mês
Brasil, primeiro semestre de 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Gráfico 2
Principais reivindicações das greves por mês
Brasil, primeiro semestre de 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

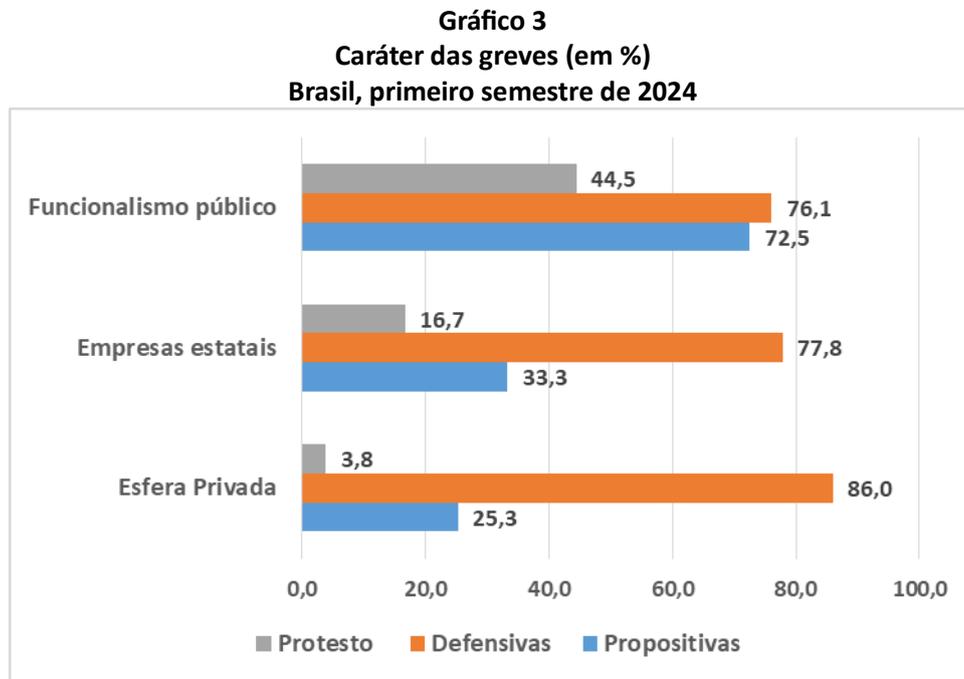
O mês de março, em que o número de greves do funcionalismo público – crescente desde janeiro – alcançou a maior diferença em relação às greves da esfera privada, assinalou também a maior frequência de reivindicações por reajustes salariais.

O declínio dessas mobilizações nos meses seguintes relaciona-se com fato de que, nos municípios – nível administrativo em que habitualmente se deflagra a maior porção de greves – o ano é de realização de eleições. E a legislação proíbe que, nos 180 dias anteriores ao pleito, sejam concedidos aumentos salariais maiores que a reposição inflacionária dos últimos 12 meses. Na prática, isso significa que, após o dia cinco de abril, greves que, nos municípios, exigissem a correção de anos acumulados de inflação estariam fora da lei. E, de fato, tais greves deixaram de acontecer.

De qualquer forma, dentro dessa dinâmica de aumento/diminuição descrita pelas greves do funcionalismo público nesse semestre – e exceto pela particularidade do mês de janeiro, em que predominaram as mobilizações na esfera privada e o reajuste salarial não foi a demanda mais frequente – é notável o modo como os principais itens das pautas de reivindicação seguiram paralelamente uns em relação aos outros ao longo dos meses, quase sem modificações.

Funcionalismo público, empresas estatais e esfera privada: a pauta das greves

Dispostas em gradação (Gráfico 3), verifica-se que a pauta das greves dos trabalhadores da esfera privada foi a mais elementar: basicamente defensiva (86%), o caráter propositivo aí se encontra em sua menor participação (25%).



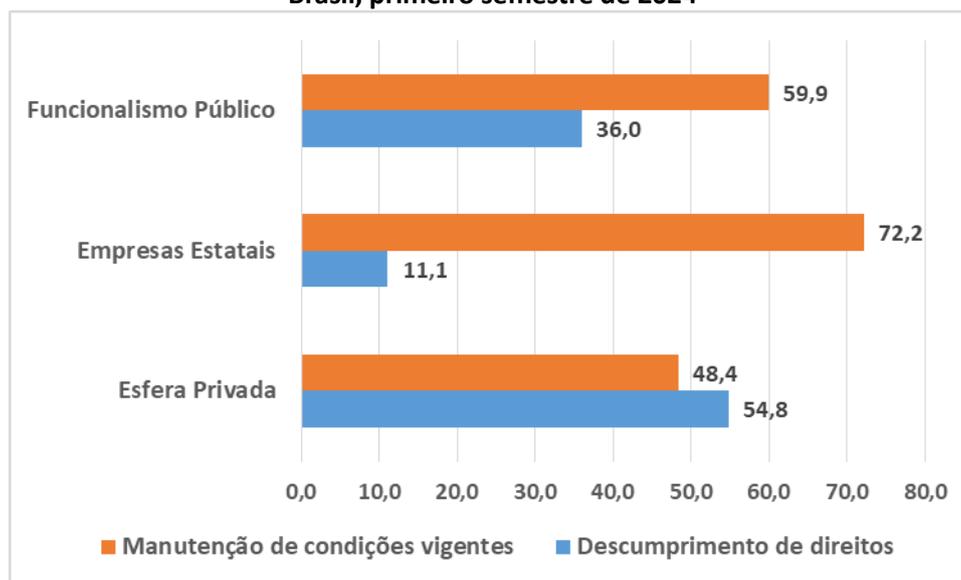
Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

De outro lado, a pauta das greves dos funcionários públicos foi a mais complexa. Cerca de três quartos das greves desses trabalhadores continham demandas classificadas como defensivas (76%) ou como propositivas (72%) – e quase metade, em protesto (45%).

Em relação ao caráter dos *itens propriamente defensivos*, as três categorias de trabalhadores também apresentam variações distintas umas das outras.

Nas estatais, houve predominância de reivindicações pela manutenção das condições vigentes de trabalho (72%), o que se explica - especialmente nos estados e municípios - pelo desinvestimento que habitualmente acompanha projetos de privatização ou de terceirização de parte das atividades dessas empresas. Sindicatos denunciam a deterioração dos locais de trabalho, das condições de exercício do trabalho, a flexibilização das normas de segurança, a negligência na manutenção de maquinário e a existência de jornadas extenuantes como resposta à falta de trabalhadores e à necessidade de contratações.

Gráfico 4
Tipos de greves defensivas (em %)
Brasil, primeiro semestre de 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Na pauta grevista do funcionalismo público, por sua vez, a participação dos itens *pela manutenção das condições vigentes* (60%) foi bem superior àquela das *denúncias contra o descumprimento de direitos* (36%). As circunstâncias em que atuam os funcionários públicos, principalmente aqueles da saúde e educação, explicam, com folga, a importância das *queixas relativas às condições de trabalho*: com frequência desempenham suas atividades em unidades que necessitam de reparos urgentes, sem o fornecimento regular de material de trabalho, cumprindo jornadas extenuantes e sujeitos, ainda, a situações de violência e assédio moral.

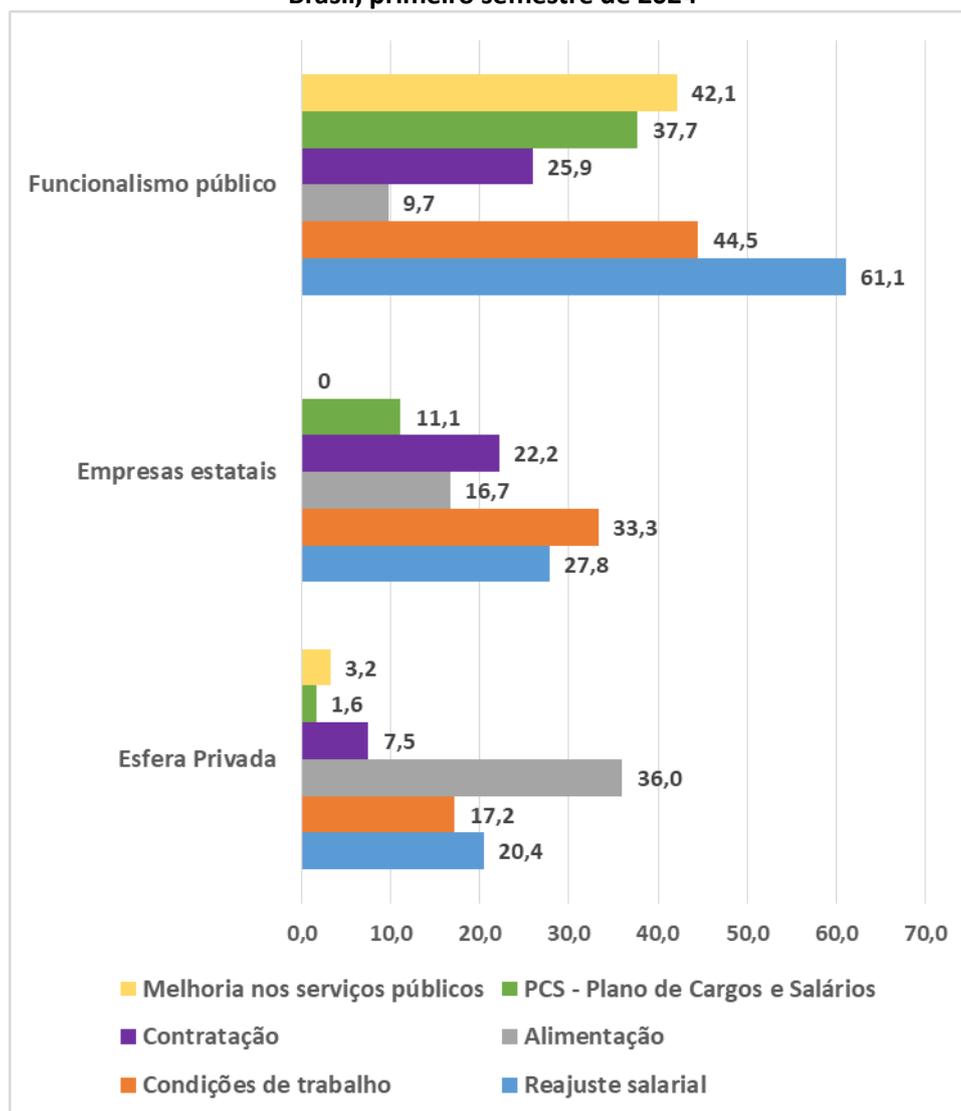
De outro lado, o *descumprimento de direitos* refere-se, na maioria dos casos, à resistência de governos em pagar o reajuste do piso nacional de profissionais docentes.

Na esfera privada, predominam nas pautas grevistas denúncias *contra o descumprimento de direitos* – o que pode ser explicado, basicamente, pelo atraso no pagamento dos vencimentos (salários, 13º, férias) e pelas irregularidades no repasse do FGTS e no pagamento das verbas rescisórias aos funcionários demitidos.

Neste ponto, as empresas detentoras de concessões públicas para a atuação no transporte rodoviário urbano continuam sendo grandes infratoras, assim como empresas contratadas para o desempenho terceirizado de serviços – em especial na limpeza pública e na gestão e operação de unidades de saúde.

A diversidade dos itens de reivindicação que compõem as pautas dos grevistas das diferentes esferas torna-se visível quando dispostos lado a lado (Gráfico 5).

Gráfico 5
Principais reivindicações (em %)
Brasil, primeiro semestre de 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

No funcionalismo público, a demanda por reajuste salarial foi dominante (61%) – o que não chega a ser surpreendente, dada sua importância nas outras esferas: ocupou o segundo lugar de maior frequência nas empresas estatais (28%) e na esfera privada (20%).

A reivindicação por melhores condições de trabalho (ou contra a sua deterioração) costuma estar em destaque na pauta grevista tanto dos trabalhadores das empresas estatais, onde foi o item mais importante (33%), quanto na pauta dos funcionários públicos, onde foi o segundo item de maior destaque (45%).

Na esfera privada, por fim, demandas relacionadas à alimentação (tíquete alimentação/refeição, refeições no local de trabalho, fornecimento ou pagamento de cesta básica) estiveram presentes em mais de um terço (36%) das pautas grevistas, ocupando o lugar de maior importância. Tal destaque é habitual entre esses trabalhadores e contrastante

em relação aos outros: entre os trabalhadores das estatais essa reivindicação foi mencionada em 17% das greves e entre o funcionalismo público, em 10%.

As greves ao longo dos anos

Um olhar global nas manifestações realizadas nos últimos anos revela um padrão: *grande parte das greves passou a ter o orçamento público como campo de disputa.*

Se, de um lado, existe uma maioria de greves promovidas pelos trabalhadores diretos do Estado, de outro lado, mais da metade das greves do *setor privado* – 56% em 2022 e 56%, novamente, em 2023 – envolveu ou trabalhadores terceirizados que atuam no serviço público (enfermagem, porteiros, recepcionistas, trabalhadores da limpeza, das lavanderias, das cozinhas, dos serviços gerais) ou trabalhadores que atuam em concessionárias privadas de serviços públicos (transporte coletivo, varrição e coleta de lixo).

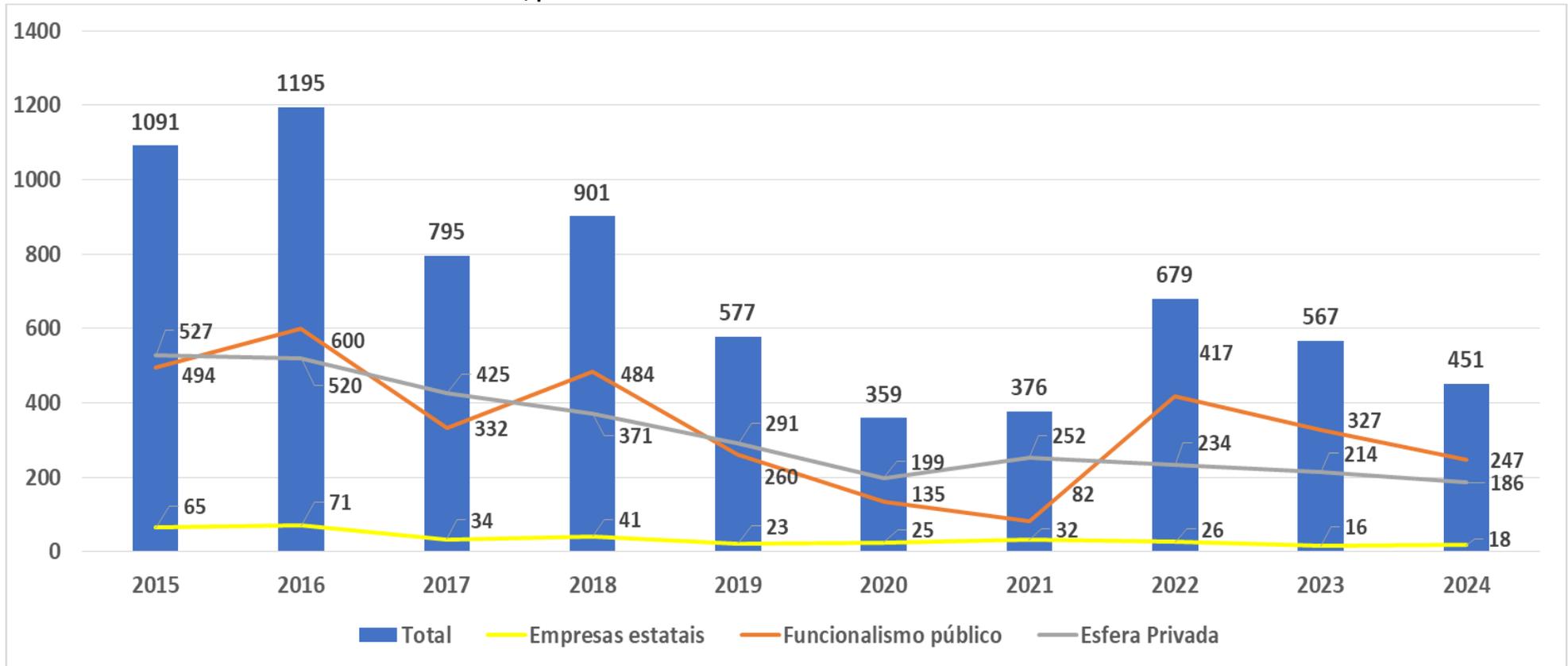
O argumento de que a promoção de privatizações e terceirizações significaria o fim das greves não se sustenta, uma vez que muda-se a forma de contratação e as greves continuam: os trabalhadores das organizações privadas que atuam no serviço público não deixam de se mobilizar.

É preciso, também, qualificar essas mobilizações e extrair seus significados. Parte significativa delas sequer reivindica reajuste salarial, como entre as greves dos servidores públicos estatutários, mas protesta contra atrasos na remuneração (52% em 2022; 59% em 2023). Há ainda a denúncia da existência de jornadas excessivas, ausência de condições adequadas para o exercício do trabalho e não cumprimento de protocolos de segurança. São greves deflagradas em situações-limite e que, em si mesmas, constituem denúncia da precarização e queda da qualidade do serviço prestado.

Nesse primeiro semestre de 2024, aproximadamente dois terços das greves na esfera privada (116, ou 62%) envolveram trabalhadores que atuam em atividades que, de alguma forma, estão ligadas ao orçamento público – através da concessão de serviços (como no caso do transporte urbano) ou da contratação terceirizada (profissionais que atuam no asseio e na saúde). Quase metade dessas greves (53, ou 46%) incluíram em sua pauta o pagamento dos salários em atraso – sua principal reivindicação.

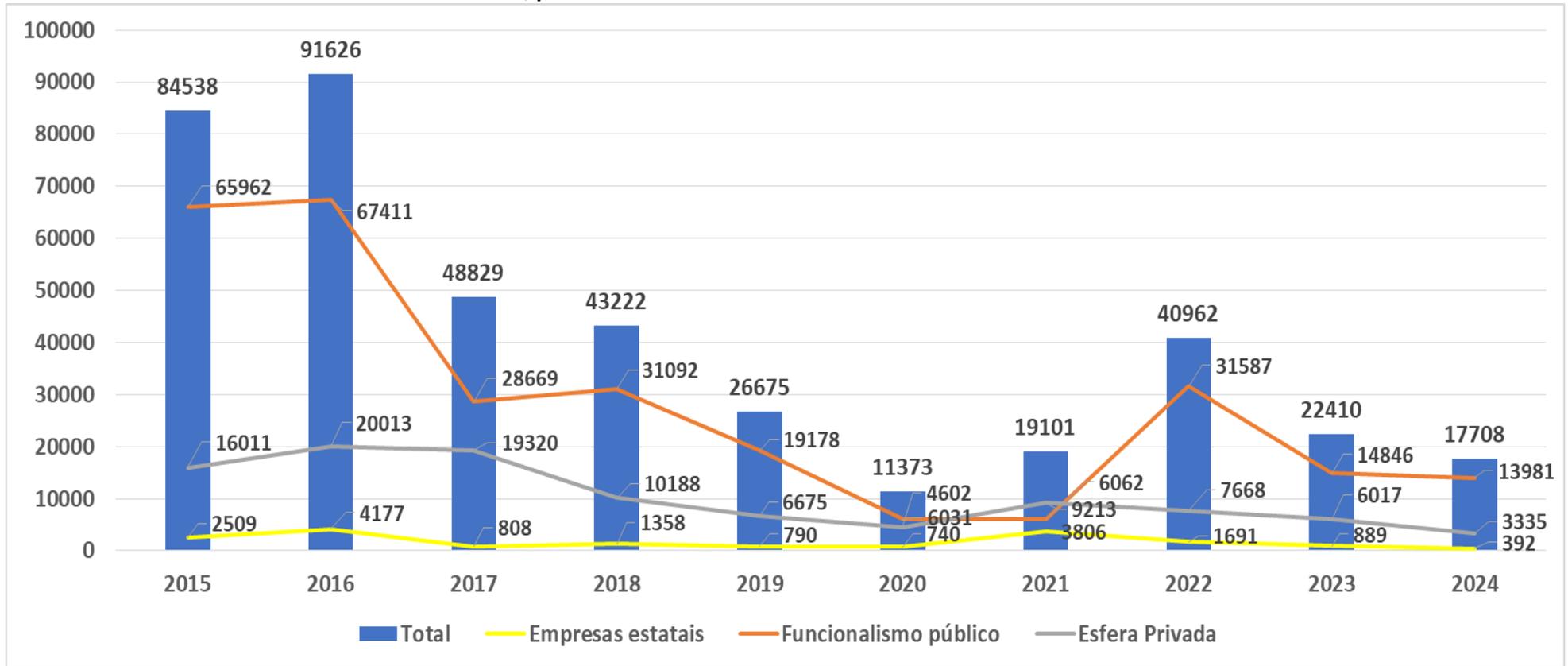
Assim, o fato de que a maioria das greves ocorridas nesse período tenha sido deflagrada entre funcionários públicos por reposição salarial não deve ocultar o outro fato – de que uma grande parte das greves deflagradas entre categorias da esfera privada ocorreu, na verdade, em empresas que atuam como concessionárias ou terceirizadas, dentro do serviço público.

Gráfico 6
Número de greves
Brasil, primeiro semestre dos anos de 2015 a 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Gráfico 7
Número de horas paradas
Brasil, primeiro semestre dos anos de 2015 a 2024



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe técnica

Rodrigo Linhares

Vera Lúcia Mattar Gebrim (revisão)